



MACIEL PEDIU ESTUDO À ASSESSORIA JURÍDICA. HOJE, DECISÃO CABE EXCLUSIVAMENTE AO GOVERNADOR

DISTRITO FEDERAL

Atual forma de escolha do procurador-geral e do diretor-geral da Defensoria Pública pode mudar. Categorias também seriam ouvidas

Democracia em indicações

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O governador José Roberto Arruda (DEM) estuda proposta de mudança na forma de escolha do procurador-geral e do diretor-geral da Defensoria Pública do Distrito Federal. O chefe da Casa Civil, José Geraldo Maciel, pediu à assessoria jurídica um estudo sobre o assunto. No modelo atual, a escolha é feita livremente pelo chefe do Executivo, sem necessidade de aprovação das duas categorias. Arruda cogita dar aos procuradores e defensores o direito de participar do processo de seleção.

No estudo sob a responsabilidade de Maciel, os procuradores e defensores públicos elegeriam uma lista tríplice com os nomes de suas preferências. No Ministério Público do DF, a escolha acontece de forma semelhante. Os promotores e procuradores elegem três representantes e o presidente da República nomeia um deles, independentemente da ordem de colocação. A ideia das mudanças foi sugerida pelo deputado distrital Chico Leite (PT). Ele se encontrou na última segunda-feira com Maciel e Arruda para propor o envio de projetos à Câmara Legislativa. Uma proposta de iniciativa do petista, que instituía a lista para a Defensoria Pública, chegou a ser aprovada pelos distritais. Mas foi vetada pelo governador, por vício de iniciativa.

Como se trata de mudanças na estrutura do Estado, apenas o Executivo poderia propor a alteração. “O veto foi por vício de iniciativa. Se a consultoria jurídica considerar o projeto constitucional, poderemos enviá-lo para a Câmara e solucionar essa falha”, explicou Maciel. Até a próxima semana, sairá uma definição. A medida agrada às categorias. O presidente do Sindicato dos Procuradores do DF, Renato de Oliveira Alves, afirma que a lista tríplice é a forma mais democrática de escolha do chefe do órgão integrado pelos advogados do Distrito Federal. Alves e o presidente da Associação dos Procuradores do DF, Gustavo Assis de Oliveira, pediram uma audiência a Maciel para defender a proposta.

Lista tríplice

Eles sugerem que a medida passe a valer já na sucessão do atual procurador-geral do DF, Túlio Arantes, que deverá deixar o cargo neste mês. Ele pediu para sair em outubro para cuidar de assuntos particulares. Arruda prometeu encontrar até o final de fevereiro um substituto. Alguns nomes são cotados, como os procuradores Luiz Eduardo Roriz, Marcelo Galvão, Luiz Felipe Coelho, Simone Lucindo e Robson Caetano. A lista tríplice no órgão é mais difícil porque o chefe da instituição é uma pessoa que desfruta da estrita confiança do governador. Tem entre as atribuições a sugestão de caminhos jurídicos para as ações políticas, embora em algumas situações tenha o dever de divergir.

Na Defensoria Pública, a proposta pode passar com mais facilidade, já que o chefe da instituição não participa diretamente das ações do governo. O mandato é de dois anos e pode ser renovado. O atual diretor-geral, Geraldo Martins Ferreira, vai tirar licença neste mês. O ex-procurador-geral da Câmara Legislativa Stéfano Borges foi convidado a substituí-lo temporariamente. Ele foi presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF e tem bom trânsito na classe. Mas Stéfano também pode ir para uma função na Secretaria de Justiça e Cidadania.